

**PEDRO IVO SILVA PEREIRA**

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: EDUCABILIDADE DE GÊNERO EM ESCOLAS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

João Pessoa

2017

**PEDRO IVO SILVA PEREIRA**

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: EDUCABILIDADE DE GÊNERO EM ESCOLAS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO**

Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso (TACC) apresentado ao Curso de Ciências Biológicas, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Lourdes Pereira.

João Pessoa

2017

Catálogo na publicação  
Biblioteca Setorial do CCEN/UEPB  
Josélia M.O. Silva – CRB-15/113

P436p Pereira, Pedro Ivo Silva.  
Práticas pedagógicas : educabilidade de gênero em escolas  
do ensino fundamental público / José Pedro Ivo Silva Pereira. –  
João Pessoa, 2017.  
37 p.

Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) –  
Universidade Federal da Paraíba.  
Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pereira.

1. Sexualidade. 2. Educação Sexual. 3. Educador.  
I. Título.

UEPB/BS-CCEN

CDU 57.017.4(043.2)

PEDRO IVO SILVA PEREIRA

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: EDUCABILIDADE DE GÊNERO EM ESCOLAS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO

Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso  
(TACC) apresentado ao Curso de Ciências  
Biológicas, como requisito parcial à obtenção  
do grau de Licenciado em Ciências Biológicas  
da Universidade Federal da Paraíba.

Data: 29/05/2017

Resultado: APROVADO - NOTA 100

BANCA EXAMINADORA:

Maria de Lourdes Pereira  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Lourdes Pereira - DME/CE/UFPB

Jorge Chaves Cordeiro  
Prof. Dr. Jorge Chaves Cordeiro – DME/CE/UFPB

Eliete Lima de Paula Zárata  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliete de Lima Paula Zárata.– DSE/CCEN/UFPB

MSc. José Jarbson Salustiano dos Passos - DECA/CT/ UFPB. (Suplente)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a minha Mãe por todo amor e aprendizado que recebo todos os dias.

A minha filha Eva pelo carinho e amor que me serviram de estímulo para construção desse trabalho.

A minha esposa Ângela pela paciência e dedicação, todos os dias, indispensáveis ao cumprimento de mais uma etapa da minha vida.

A Petrônio, Roselliny e Tamilla pela imprescindível colaboração e incentivo em toda minha vida acadêmica.

A todos os meus amigos e amigas Jefferson Freire, Isabela Pereira, Thiala Gomes, João Lucas, Adriana Romero e Daniele Feitosa pelo companheirismo e importância na minha formação acadêmica, dando-me apoio, motivação e amizade durante esses anos que passamos juntos.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pereira pela dedicação e disponibilidade em me orientar a fazer sempre o melhor

Por fim, agradeço aos professores Dr. Jorge Chaves Cordeiro, Dr.<sup>a</sup>. Eliete de Lima Paula Zárate e MSc. José Jarbson Salustiano dos Passos por terem aceitado o convite para participarem desse momento tão importante e especial em minha vida.

## RESUMO

Este estudo teve como eixo condutor a temática sexualidade e respectiva atuação docente nesta área do conhecimento humano. O objetivo da investigação centra-se na descoberta e análise das metodologias aplicadas em sala de aula, concepções e possíveis dificuldades enfrentadas pelos docentes ao abordar este tema. Para tanto, utilizou-se o método quali-quantitativo. Aplicou-se um questionário semiestruturado, em três escolas públicas, situadas no bairro Valentina de Figueiredo, em João Pessoa, PB. A amostra foi constituída por 38 professores ministrantes de disciplinas do terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. De maneira geral, a análise dos dados apresenta que, dinâmicas em grupo, debates e aulas expositivas são os procedimentos metodológicos mais aplicados. Por outro lado, a maior parte dos participantes desse estudo entende que o profissional mais indicado para abordar este tema é o professor de Ciências. Um grande percentual entende que a abordagem deve ocorrer de forma interdisciplinar e transversal. Identificou-se uma quantidade significativa de educadores que não receberam capacitação para tratar do tema. Conclui-se que esta pesquisa pode servir de aporte para novos estudos sobre práticas pedagógicas voltadas a temas relacionados à sexualidade humana.

**Palavras chaves:** Sexualidade, Educação Sexual, PCN, Educador.

## **ABSTRACT**

This study had as a guiding axis the thematic sexuality and respective teaching performance in this area of human knowledge. The objective of the research is to discover and analyze the methodologies applied in the classroom, conceptions and possible difficulties faced by teachers in addressing this topic. For that, the qualitative-quantitative method was used. A semi-structured questionnaire was applied in three public schools, located in the neighborhood Valentina de Figueiredo, at João Pessoa, PB. The sample consisted of 38 lecturers from the third and fourth cycles of elementary education. In general, data analysis shows that group dynamics, debates and expository classes are the most applied methodological procedures. On the other hand, most of the authors of this study understand that the professional to approach this topic is the professor of Sciences. A large percentage believe that the approach should take place in an interdisciplinary and transversal way. A significant number of educators were identified who were not trained to address the issue. It is concluded that this research will contribute to new studies on pedagogical practices focused on themes related to human sexuality.

**Keywords:** Sexuality, Sexual Education, PCN, Educator

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - E. E. E. F. M. Professor Celestim Malzac.....	25
Figura 2 - Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral – CPDAC.....	26
Figura 3 - E. M. E. F. Dom Helder Câmara.....	27

## LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS.

Gráfico 01 - Identificação dos docentes quanto ao gênero.....	28
Gráfico 02 - Formação acadêmica dos docentes.....	29
Gráfico 03 - Diferença entre os docentes quanto à pós graduação.....	30
Gráfico 04 - Inclusão do tema sexualidade no Projeto Político Pedagógico pela escola.....	32
Gráfico 05 - Abordagem da sexualidade na escola, segundo os professores(as).....	33
Gráfico 06 - Metodologias utilizadas para abordar o tema sobre sexualidade.....	37
Gráfico 07 - Respostas dos educadores (as) quanto ao recebimento de capacitação sobre sexualidade.....	38
Gráfico 08 - Percepção dos docentes quanto à dificuldade em abordar o tema sexualidade.....	39
Gráfico 09 - Profissional mais indicado (a) para abordar a temática sexualidade.....	40
Gráfico 10 - Disciplina ideal para abordar o tema sexualidade na escola, segundo os/(as) educadores (as).....	41
Quadro 1 - Perfil dos professores quando ao tempo de formação e experiência em sala de aula.....	29
Quadro 2 - Divergência de resposta pelos autores quanto à inclusão do tema sexualidade no PPP.....	32
Quadro 3 - Propostas de inserção do tema sexualidade na escola.....	34
Quadro 4 - Demonstrativo dos quantitativos das questões nº 11, nº 12 e nº 13.....	35
Quadro 5 - Dificuldades encontradas na abordagem da sexualidade na escola.....	39
Tabela I - Quantitativo de disciplinas lecionadas pelos docentes.....	30
Tabela II - Assuntos contemplados no tema sexualidade pelos educadores(as).....	36

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>14</b>
2.1 Sexualidade .....	14
2.2 Historiografia da sexualidade no Brasil .....	15
2.3 Educabilidade da sexualidade.....	17
<b>3. OBJETIVOS</b> .....	<b>24</b>
3.1 Objetivo geral .....	24
3.2 Objetivos específicos .....	24
<b>4. MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	<b>25</b>
4.1 Procedimentos metodológicos .....	25
4.2 Caracterizações das escolas .....	26
4.3 Análise e tratamentos dos dados.....	28
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>29</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>44</b>
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>45</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>49</b>
<b>APÊNDICE A – Questionário aplicado aos professores do ensino fundamental</b> .....	<b>49</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>53</b>
<b>ANEXO A – Declaração da Escola E. E. F. M. Celestin Malzac</b> .....	<b>53</b>
<b>ANEXO B – Declaração do Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral</b> .....	<b>54</b>
<b>ANEXO C – Declaração da Escola M. F. Dom Hélder Câmara</b> .....	<b>55</b>

## 1. INTRODUÇÃO.

A educação brasileira atual tem como marco legal a construção de uma sociedade plural e participativa, onde os educadores e educandos desenvolvam princípios que valorizem a vida e o respeito à diversidade de gênero, de raça e de credo; que promova tolerância e o combate ao preconceito e à discriminação social, os quais irão nortear a formação da cidadania. Diante disso, a educação no contexto da sexualidade tem por propósito, na esfera escolar, promover a formação integral do ser, à medida que se dialogue aspectos como: identidade sexual, opção sexual, diversidade de gênero, afeto, sexo, dentre outros. Nessa perspectiva, Araújo e Santos (2009, p.14) asseguram que, para se buscar a formação integral do indivíduo é necessário “priorizar uma abordagem pedagógica dos conteúdos pertinentes à sexualidade desprovida de preconceitos, discriminações e de crenças pessoais”.

Dos diversos documentos elaborados como norteadores na construção da educação em sexualidade, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1998, p.304):

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. (BRASIL, 1998).

Desta forma, é possível dizer que a sexualidade envolve aspectos individuais e coletivos como seu exercício de forma efetiva e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, respectivamente. Contudo, é importante que a intervenção educativa evite discutir a sexualidade de forma superficial valorizando apenas aspectos meramente preventivo e informativo.

Diante da importância de tal discussão, a escola configura-se como locus privilegiado para a abordagem desse tema, sendo o professor o principal agente mediador e responsável, por não apenas, repassar a informação, mas também, auxiliar os alunos na apropriação da temática de forma reflexiva. Em virtude da responsabilidade socioeducativa das instituições de ensino e por serem um dos principais veículos das concepções e formas de sexualidade da sociedade na qual está inserida, há uma preocupação com a inclusão da temática sexualidade em seus

currículos. (BYDLOWSKI; LEFÉVRE; PEREIRA, 2011 apud GONTIJO; MARQUES; ALVES, 2012).

A escola pode ser, de fato, considerada uma “segunda família”, tendo em vista a quantidade de horas que os/as educandos (as), de modo geral, ficam todos os dias em seu espaço. É também neste espaço que acontecem as interações entre os diferentes valores culturais e éticos, cabendo aos educadores (as) estarem preparados para lidar com os diferentes questionamentos feitos pelos educandos, de forma imparcial, sem expressar qualquer juízo de valor ou opinião própria. Para Braga apud Novak (2013, p.20):

[...] os educadores têm uma importância fundamental na vida de uma criança. Eles são os mediadores da aprendizagem formal, mas também são modelos de identificação sexual dos seus alunos, pois assim como os pais, transmitem – verbal ou não-verbalmente – informações sobre a sexualidade. A escola, querendo ou não, interfere na construção da sexualidade de cada aluno. A sexualidade está presente também na escola, isso não se pode negar. (BRAGA apud NOVAK, 2013, p. 20).

Partindo do que foi citado acima, é importante que o docente, na perspectiva de Educação Sexual Escolar, promova um espaço de diálogo, onde os/as estudantes possam questionar, manifestar e refletir sobre os diversos aspectos da sexualidade humana, visando sempre o resgate de valores como solidariedade, respeito e tolerância, a fim de se combater o preconceito e as desigualdades sociais.

Vale ressaltar que os temas relacionados à sexualidade podem ser “[...] ricos, no sentido de contribuir para ‘abrir caminhos’ para o desenvolvimento da criticidade nos educandos e para a conquista da democracia” (FIGUEIRÓ, 2001, p. 161). Trazendo o que foi exposto para a prática pedagógica na Educação Sexual, o “sentido de contribuir” passa pela incorporação da interdisciplinaridade e transversalidade entre os distintos conhecimentos e disciplinas escolares, pois a sexualidade é compreendida pelas dimensões sociais, culturais, biológica e psicológica, onde a aprendizagem adquirida na escola, de forma organizada e contínua, faça sentido a partir da realidade dos alunos (as) e contribua para formação integral do ser. É uma forma de sistematizar esse trabalho, segundo o tema Orientação Sexual - PCN (1998), “é inclui-lo explícita e estruturalmente na organização curricular, garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade” (BRASIL, 1998, p. 30).

Ainda, segundo os PCN (1998), a abordagem da sexualidade no âmbito da educação precisa ser: Clara - para que seja tratada de forma simples e direta; Ampla - para não reduzir sua complexidade; Flexível - para permitir o atendimento a conteúdos e situações diversas; Sistemática - para possibilitar aprendizagem e desenvolvimento crescentes.

Para os PCN's:

[...] é importante o aprofundamento teórico, por parte do educador, sobre as questões contidas no trabalho de Orientação Sexual. Por tratar-se de temática multidisciplinar, comporta contribuições de diferentes áreas do conhecimento, como Educação, História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Psicanálise, Economia e outras. Também é importante a construção permanente de uma metodologia participativa, que envolve o lidar com dinâmicas grupais, a aplicação de técnicas de sensibilização e facilitação dos debates, a utilização de materiais didáticos que problematizem em vez de “fechar” a questão, possibilitando a discussão dos valores (sociais e particulares) associados a cada temática da sexualidade. A montagem de um acervo de materiais na escola — como textos e livros paradidáticos, vídeos, jogos, exercícios e propostas de dramatização —, é importante para a concretização do trabalho. (BRASIL, 1998, p.47).

Propõe-se que a Educação Sexual, oferecida pela escola, aborde com os adolescentes e jovens as repercussões das mensagens transmitidas pelas mídias, cada vez mais acessadas de forma rápida e fácil, na maioria das vezes vindas de fontes não confiáveis e restritas, das concepções que envolvam preconceitos, discriminações, afeto, intolerância e as diferenças de gênero, raça, cor, sexo, credo, das prevenções de doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS, das discursões sobre violência sexual, métodos contraceptivos, aborto e implicações da gravidez indesejada.

É nesse contexto que se percebe a importância do papel do professor para desmitificar, dialogar e apresentar informações corretas e coerentes, esclarecendo dúvidas dos alunos e, desta forma, exercer a função mediadora no processo educativo, onde este, assevere o diálogo na perspectiva inclusiva sem inferir seus juízos de valor e concepções próprias, contribuindo assim para a formação de cidadãos críticos e socialmente participativos.

Defendemos o posicionamento na abordagem sobre sexualidade como conceito de Educação Sexual ao invés da concepção Orientação Sexual adotada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, visto que, para muitos autores como Figueiró (1996), “o termo educação sexual é mais adequado, na medida em

que abre espaço para que a pessoa que aprende seja considerada como sujeito ativo do processo de aprendizagem e não mero receptor de conhecimentos e/ou de orientações”. (FIGUEIRÓ, 1996, p. 291).

Esclarecida a importância de abordar a sexualidade no contexto escolar e, entendendo que os/as educadores (as) tem o papel de mediadores(as) no processo educativo, esta pesquisa foi desenvolvida para identificar às práticas pedagógicas, bem como as metodologias, dificuldades e percepções dos professores sobre educação sexual no ensino fundamental, do 6º ao 9ºano de três escolas da rede pública do município de João Pessoa.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

### 2.1 Sexualidade.

A sexualidade, por se tratar de uma das dimensões sociais que acompanha o ser humano por toda a sua vida, representada pelas experiências adquiridas em meios culturais, sociais, antropológicos, psicológicos, biológico e afetivos, e que estas definirão suas convicções e expressões de maneira individual e singular. O embasamento do entendimento acima vai ao encontro das perspectivas dos autores e autoras, a saber:

Para Fagundes, (2005, p. 14), “A sexualidade é um elemento que constitui a existência humana e, como tal, precisa ser compreendida em sua totalidade”. Bonfim (2009) afirma ainda que: “a sexualidade é um dos elementos que constitui o ser humano e através dela o indivíduo expressa suas preferências, predisposições ou experiências sexuais na vivência e descoberta da sua identidade ao longo da vida”. Sendo assim, a compreensão da sexualidade é influenciada por diversos fatores como: psicológicos, convicção religiosa, sociais, culturais e biológicos. Sexualidade é, portanto, um conceito formado por vários elementos, que incorpora as experiências e os valores transmitidos a cada indivíduo, ao longo de sua vida, contribuindo para sua compreensão acerca dessa temática. Já a Organização Mundial de Saúde (1975 apud Egypto, 2003) preconiza que:

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico. (OMS, 1975 apud EGYPTO, 2003, p. 15 - 16).

Por estar intimamente ligada ao comportamento sexual do indivíduo e suas experiências, a sexualidade é um tema complexo. Bonfim (2009) compreende esse tema como a junção de três fatores principais: biológico, psicológico e sociocultural. O fator biológico, influenciado pelos hormônios, determina as características entre mulheres e homens. O psicológico está associado aos sentimentos, conflitos e

experiências individuais. Já o sociocultural contempla as normas e os valores presentes na sociedade em diferentes períodos históricos.

O componente sociocultural tem influência determinante na questão da sexualidade. O filósofo Michel Foucault entende a sexualidade como uma construção social em que o indivíduo é submisso à coletividade social. Segundo ele, “o conceito de sexualidade não é uma categoria natural, mas uma construção social que, como tal, só pode existir no contexto social.” (FOUCAULT 1999, p.66). Foucault afirma ainda que é uma característica das sociedades modernas incentivarem o discurso sobre o sexo, entretanto, valorizando-o como “o segredo”. (BONFIM, 2009)

Outra abordagem sobre a sexualidade humana, dentro de uma visão psicanalítica, propostas pelos estudos de Freud, defende que a sexualidade inicia-se no instante que nascemos. Deste modo, Bonfim (2009, p 18) assegura que:

[...] Freud enfoca o indivíduo e sua relação com o mundo apontando a infância como o início do desencadeamento dos conflitos psíquicos. Segundo ele é, sobretudo, a existência de uma sexualidade infantil, que atua desde o princípio da vida, que vem ampliar o campo daquilo que os psicanalistas chamam de sexual. [...] (BONFIM, 2009, p.18).

Embora a sexualidade seja um assunto que tenha ganhado visibilidade a partir dos estudos de Freud, no início do século XX, e Michel Foucault, na década de 1980, Reis (2009, p.54) resume que sua abordagem ainda está voltada para características normativas marcadas, principalmente, por aspectos biológicos.

## 2.2 Historiografia da sexualidade no Brasil.

O surgimento da discussão no cenário nacional teve um caráter mais próximo do tema saúde pública. As primeiras iniciativas sobre os estudos da sexualidade no Brasil, no início do século XX, apresentaram-se com a intenção de combater diversas doenças venéreas propagadas pelo contingente de trabalhadores que migraram para cidades industrializadas, criadas a partir da Revolução Industrial, contudo, sem um acompanhamento da infraestrutura básica necessária que atendesse aos anseios da população, com relação às condições sanitárias. Isso levou a uma intensa mobilização de especialistas para tratar da problemática vigente. Nesse contexto, conforme descreve Reis (2009, p. 39), “surgem no país preocupações em relação à educação sexual que, conforme demonstram as circunstâncias abordadas, tinham como principal foco o aspecto sanitário.”

Nas escolas do Brasil, foi na década de 1920 que apareceram as primeiras preocupações com a Educação Sexual, dentre elas estavam combater a masturbação, as doenças venéreas, preparar a mulher para exercer, da melhor forma, o papel de mãe e esposa. Nesse momento, havia uma influência médico-higienista e o foco era a saúde pública e uma reprodução saudável (COSTA, 1986). É possível perceber então uma visão conservadora na abordagem da sexualidade, que não considera a formação de cada indivíduo, mas a perpetuação de conceitos sociais aceitos na época.

Posteriormente, observa-se certa abertura na forma de trabalhar o tema sexualidade nas escolas. Em 1928, o Congresso Nacional de Educadores aprovou uma proposta de programa de Educação Sexual nas escolas, apenas para crianças acima de 11 anos (GUIMARÃES, 2002), uma iniciativa ainda tímida e restrita.

Ainda segundo Guimarães (2002), desde então e até a década de 1970, a igreja católica exercia forte influência no sistema educacional do Brasil, principalmente para a elite brasileira, reprimindo a educação sexual e restringindo o acesso dos leigos a apenas livros medicinais.

Pode-se dizer que essa restrição retardou a abordagem da temática de forma mais ampla, como se busca nos dias de hoje, pois os preconceitos e os valores sociais podem ser vistos como impedimento para que um indivíduo assuma sua sexualidade com uma educação sexual segura e informações suficientes para exercê-la de forma consciente e saudável.

Em 1968, a Deputada Júlia Steimbruck apresentou um projeto lei que trazia como proposta a implantação da Educação Sexual em todas as escolas do país e para alunos de todas as idades. O projeto, no entanto, não obteve êxito devido à resistência da Comissão Nacional de Moral e Civismo que tinha como argumentos, questões teológicas, moralistas e sentimentais (WEREBE, 1978). Sendo assim, a década de 1970 caracterizou-se por grande repressão dos programas de educação sexual, com experiências isoladas em escolas particulares cuja abordagem se dava de forma restrita e superficial.

“No fim da década de 1970, foram realizados congressos de educação sexual nas escolas, com iniciativa privada e abrindo o debate para a dimensão pública.” (GUIMARÃES, 2002). É o início de uma nova forma de abordar a sexualidade e, portanto, da superação de conceitos e preconceitos, bem como de tabus estigmatizados na sociedade.

Para Santos (2001), a década de 80 representou grandes avanços na veiculação de questões ligadas à Educação Sexual. O Brasil passava por um processo de abertura política e isso trouxe significativos impactos no campo da sexualidade. Segundo este autor:

Enquanto o povo fazia reivindicações políticas, escolhia seus representantes políticos e saía às ruas gritando 'Diretas Já', as revistas 'eróticas' publicavam fotos de mulheres e homens nus, até pouco tempo proibido. Os cinemas exibiam nas grandes cidades os chamados sexshops. Surgiram, também, enciclopédias e fascículos vendidos em bancas de jornal, todos destinados a responder a questões sobre sexo. (SANTOS, 2001, p.17).

“Essa década trouxe novos comportamentos, onde preconceitos foram questionados, tabus foram ‘derrubados’ e sólidas tradições conservadoras foram abaladas.” (SANTOS, 2001). Essa evolução, ocorrida na década de 80, permitiu que a sexualidade ganhasse espaço para ser discutida de forma mais abrangente e inclusiva, uma vez que ocorria a superação de tabus e um outro olhar sobre preconceitos.

Ao final da década de 1990, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) com apoio de diversos especialistas elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental. No entanto, é em 1998 que o MEC propõe os PCN para o ensino médio em todas as escolas do Brasil e inclui a Orientação Sexual como tema transversal.

### 2.3 Educabilidades da sexualidade.

A educação brasileira atualmente busca a construção de uma sociedade plural e participativa, onde os educadores e educandos desenvolvam princípios que valorizem a vida e o respeito à diversidade de gênero, de raça e de credo; que promovam tolerância e o combate ao preconceito e a discriminação social. Esses devem ser os pilares para a formação da cidadania. Nessa perspectiva a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, lei nº 9394/96, define no caput de seu artigo 1º que:

Art.1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

Diante disso, a educação sexual tem por propósito, na esfera escolar, promover a formação integral do ser, na medida em que se dialoguem aspectos como identidade sexual, opção sexual, diversidade de gênero, afeto, sexo, dentre outros.

Objetivando a formação integral do indivíduo participativo, a escola representa um dos espaços de socialização, o qual tem por finalidade sistematizar e organizar as principais concepções e formas de sexualidade, contribuindo também, para o desenvolvimento do senso crítico e valores humanos. Dessa forma, a postura adotada pelos PCN's corrobora com a representatividade da escola, ao dizer que:

[...] cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui **Orientação Sexual**<sup>1</sup>, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. (BRASIL, 1998, p.299, grifo nosso).

É também papel da escola discutir criticamente todo e qualquer conhecimento que nela se insere, bem como ideias e conceitos que são trazidos a partir das experiências vividas pelos educandos. Contudo, na maioria das vezes, nas escolas são disseminadas ações negativas como o preconceito, discriminação, intolerância, quando não se reprime as “brincadeiras” pejorativas e sexistas ou ao proporcionar posturas inadequadas para um bom relacionamento social. O PCN, Orientação Sexual, em seu objetivo geral propõem que na escola, seus educandos possam “identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios, intolerantes e analisando criticamente os estereótipos”. (BRASIL, 1998, p.311)

Em conjunto com as ações pedagógicas da escola é importante que o educador sexual se posicione frente às diversas formas de preconceito e discriminação ocorridas, valorizando sempre a integralidade dos conhecimentos relacionados a sexualidade de forma clara, concisa, objetiva e científica. Desta mesma forma Sayão (1997) discorre que “[...] os professores precisam assumir uma

---

<sup>1</sup> Como exposto na introdução, reiteramos a nossa adoção quanto ao termo Educação Sexual ao invés do termo Orientação Sexual.

postura de diálogo com os alunos, estabelecendo uma relação de confiança sem criar cumplicidade e principalmente suspender seu juízo de valor”.

Para se conceber professores interessados em tratar da educação sexual é primordial que eles se (re)conheçam, que se posicionem frente às suas inclinações, sentimentos, formas de agir, sendo assim, para Maistro (2009, p.44) “o professor está apto a estimular as suas possibilidades, a manifestar seu pensamento, sua inventividade e sua capacidade de captar e expressar seus sentimentos”. Esses requisitos citados do constituinte pessoal do educador, aliados a um embasamento teórico científico, adquirido ao longo de sua formação profissional, balizariam sua postura de educador (a) sexual.

Vale ressaltar a importância de que educador (a) sexual busque sempre novas formas de agir em suas práticas educativas, ao longo do processo de ensino aprendizagem. Tal postura do Educador (a) se faz necessário diante das inúmeras formas e maneiras de expressão da sexualidade na sociedade, como o erotismo em filmes, novelas, revistas, jornais, músicas, o crescente número de jovens infectados por DST e HIV/AIDS<sup>2</sup> e gravidez na adolescência. Isso reforça um maior comprometimento do profissional educador (a) quanto à formação continuada no contexto da sexualidade, atestada por Brittos, Santos e Gagliotto (2013, p.11 apud Figueiró, 2006) onde diz que:

A formação continuada precisa ser um processo contínuo, para que o professor possa pensar e repensar sua prática pedagógica e a partir disso desenvolver uma reflexão coletiva com os demais educadores. Sendo assim, a formação continuada refere-se às ações que possibilitam ao professor aperfeiçoar sua prática, estando diretamente ligada aos problemas vividos em sala de aula. (BRITTOS; SANTOS; GAGLIOTTO, 2013, p.11 apud FIGUEIRÓ 2006)

Sabendo da urgência de se discutir as implicações geradas dentro do contexto da sexualidade humana na atualidade, tomando por exemplos, casos de homofobia, violência sexual, sexismo, preconceito e discriminação de gênero, opção sexual, gravidez indesejada, prevenção de DST e HIV/AIDS dentre outras demandas sociais e, que em muitos lares a família se omite em debater a sexualidade com os/as adolescentes e jovens, faz-se necessário a adoção de Educação Sexual no

---

<sup>2</sup> Dados estatísticos apontam que de 2006 a 2015 a taxa de detecção de casos de AIDS entre jovens do sexo masculino de 15 a 19 anos quase que triplicou (de 2,4 para 6,9 casos por 100 mil habitantes) fonte: UNADIS BRASIL, 2016.

âmbito formal escolar. Vale ressaltar que a proposta da educação sexual ofertada não tem o caráter de concorrência e nem de desvirtuar dos ensinamentos e valores transmitidos pela família. Em virtude da adoção de educação sexual no âmbito escolar, tal posicionamento é confirmado pela perspectiva de Maistro (2009, p 42) quando reitera que:

Existe a preocupação de que a educação sexual aconteça nas escolas, uma vez que, na mídia, de uma forma ou de outra, ela está acontecendo, ou como uma exploração exacerbada quanto à sensualidade humana, ou quando se veiculam quer denúncias relevantes sobre sexo, pedofilia, prostituição infantil, quer em programas que apostam em matérias de comportamento para que as pessoas divirtam-se e esclareçam suas dúvidas, quer em informações sobre outras culturas, ou, ainda, em pesquisas ou novidades. (MAISTRO 2009, p 42)

Dentro do espaço formal da educação brasileira, a Educação Sexual está inserida nos PCN's. como tema transversal. Yus (1998, p.17) define temas transversais como sendo: "... um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que, não estando ligados a nenhuma matéria particular, pode se considerar que são comuns a todas...". Esses temas possibilitam a integração dos diversos campos do saber científico convencional com as demandas e urgências atuais, relacionadas à sexualidade humana, dentro do contexto escolar.

Essa pratica é denominada transversalidade e definida pelos PCN's como a:

[...] possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade). E a uma forma de sistematizar esse trabalho é inclui-lo explícita e estruturalmente na organização curricular, garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade. (BRASIL, 1998 p. 30).

Por se tratar de um tema transversal e, portanto, não estar relacionado a nenhuma matéria específica, mas sim a todas, a sexualidade humana também deve ser tratada de forma interdisciplinar. A interdisciplinaridade, sob a ótica de Bovo (2004, p. 4), questiona a fragmentação dos diversos campos do saber, permitindo aprofundar o conhecimento dos fenômenos naturais e sociais, geralmente complexos. Essa interação entre diversas disciplinas facilitará a compreensão dos conteúdos de uma forma integrada, aprimorando o conhecimento dos alunos.

Para Lima (2013), o papel da escola, ao trabalhar temas transversais, é facilitar, fomentar e integrar as ações de modo contextualizado, através da interdisciplinaridade e transversalidade, buscando não fragmentar em blocos rígidos os conhecimentos, para que a educação realmente constitua um meio de transformação social. Ainda com relação a transversalidade e interdisciplinaridade, para Bovo( 2004, apud Lima 2013 p.16):

[...] para que ocorra realmente a transversalidade, as disciplinas tradicionais ou obrigatórias não devem ser tratadas como “fins”, mas como “meios” para se chegar a outros “fins”, os conteúdos devem ser aplicados de acordo com as necessidades da maioria da população, e não abordados de forma desconexa parecendo que não existe relação entre eles, é nessa perspectiva que os temas transversais devem ser abordados, da mesma forma as disciplinas também não podem ser consideradas autossuficientes, não dependendo das demais, por isso é que foi criado o conceito de interdisciplinaridade, que pode ser entendido como a troca ou a reciprocidade de informações entre as áreas do conhecimento. (BOVO, 2004 apud LIMA, 2013, p. 16).

Considerando como uma questão tão completa e complexa, a proposta dos PCN's para a abordagem da sexualidade, nas escolas, no ensino fundamental, consiste na inclusão da temática de duas formas: “...dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas áreas do currículo, e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema.” (BRASIL, 1998.).

Já nos terceiros e quartos ciclos, os PCN's também recomendam que além da transversalização proposta é possível criar, de acordo com as condições de cada escola, um espaço e ou horário específicos para abordagem do tema, já que nestes ciclos:

[...] os alunos já apresentam condições de canalizar suas dúvidas ou questões sobre sexualidade para um momento especialmente reservado para tal, com um professor disponível. Isso porque, a partir da puberdade, os alunos também já trazem questões mais polêmicas sobre sexualidade e já apresentam necessidade e melhores condições para refletir sobre temáticas como aborto, virgindade, homossexualidade, pornografia, prostituição e outras. (BRASIL 1998, p 308)

Nessa abordagem, é importante destacar o aspecto individual, pois cada pessoa reage de uma forma diferente, conforme as experiências vividas e que a família, o professor e a escola são as principais fontes para discutir o assunto de forma clara e segura.

O tema vai muito além da função reprodutiva. Formar um indivíduo consciente de riscos, de direitos e de deveres, que tenha respeito por si e por todos que estão a sua volta e não tem a mesma opção, deve ser o principal objetivo da abordagem.

Para um consistente trabalho de Educação Sexual, é necessário que se estabeleça uma relação de confiança entre alunos e professores. Estes precisam se mostrar disponíveis para conversar a respeito dos temas propostos e abordar as questões de forma direta e aberta, salvo com relação às informações referentes à intimidade do educador. Vale salientar que, para muitos educadores(as), o exercício em abordar a educação sexual na sala de aula esbarra no despreparo quanto à sua qualificação específica, concepções de cunho religioso e conservador, tabus e mitos que esses profissionais carregam ao longo de suas vidas. Diante do exposto, Castro, Abramovay e Silva (2004, p. 42) asseveram que:

[...] habitualmente os educadores reconhecem que existem impedimentos em trabalhar sobre sexualidade em sala de aula. Essa problemática se agrega as demandas complexas, de caráter vivencial e institucional, como o fato de que os próprios professores, muitas vezes não sabem lidar com essa questão em suas vidas [...].(CASTRO, ABRAMOVAY E SILVA 2004, p. 42)

A exposição de informações corretas, bem como o esclarecimento das dúvidas trazidas pelos alunos, proporciona uma maior consciência de seu próprio corpo, aumenta sua autoestima, melhorando seu bem estar e, conseqüentemente, as condições de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, abuso sexual, entre outras.

Os educadores, mesmo inconscientemente, podem transmitir valores individuais com relação à sexualidade nas suas atividades laborais, inclusive na forma de responder ou não às questões trazidas pelos alunos, por mais simples que sejam. (BRASIL, 2009). Contudo, é necessário que o educador ou educadora esteja ciente para não transmitir esses valores, concepções e direcionamentos pessoais aos educandos (as) no processo educativo em questão. Quanto a isso, segundo Maistro, Arruda e Junior (2009, p. 6) diante de uma postura dialógica, cabe ao/a educador (a):

[...] ser um catalisador nas discussões, um facilitador da conversa, prestando informações científicas, polemizando os temas apresentados e garantindo o respeito à diversidade de opiniões e valores, sem ditar normas ou condutas. Ele deve ficar atento às experiências dos alunos e às suas histórias de vida. A diversidade de visões traz maior riqueza às discussões

e o seu confronto favorece o exercício da autonomia e da responsabilidade do educando. (MAISTRO, ARRUDA E JUNIOR 2009, p. 6)

Para Leôncio (2013), a discussão sobre a postura adotada pelo educador, diante das manifestações da sexualidade dos alunos, deve fazer parte do cotidiano escolar, pois, é um papel da escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de reconhecimento, por meio da reflexão e crítica da realidade. Nesse sentido, o trabalho de educação sexual realizado pela escola é complementado pelo trabalho realizado pela família e por outros agentes sociais, mas à escola cabe problematizar, levantar debates e ampliar as possibilidades de conhecimentos e opções para que o aluno escolha seu caminho.

### **3. OBJETIVOS.**

#### 3.1 Objetivo geral.

- Analisar práticas pedagógicas aplicadas acerca da educabilidade de gênero, no âmbito do ensino fundamental.

#### 3.2 Objetivos específicos.

- Diagnosticar as metodologias quanto à educabilidade de gênero;
- Estudar possíveis dificuldades didáticas aplicadas acerca da educabilidade de gênero;
- Identificar as percepções dos/das professores(as) quanto à inclusão da educação sexual no contexto de sua prática docente: ação-reflexão-ação;

## 4. MATERIAL E MÉTODOS.

### 4.1 Procedimentos metodológicos.

A pesquisa foi desenvolvida com base no método quali-quantitativo, que é empregado quando os dados qualitativos exigem amostragem proposital (seleção), estratégia e modelos gráficos. Este tipo de pesquisa abrange um conjunto de práticas interpretativas, nas quais os pesquisadores usam diversos meios para interpretar as situações.

Segundo Triviños (1987 apud OLIVEIRA, 2011), a abordagem qualitativa tem por objetivo encontrar resultado a partir dos dados coletados, tendo como base a percepção do fenômeno investigado dentro do seu contexto. O uso desse método procura obter não só as características do fenômeno em si, mas também procura explicar sua origem, relações e mudanças, e tenta intuir as consequências.

Segundo Gatti (2004 apud LIMA, 2013), estão presentes na pesquisa quantitativa um conjunto de procedimentos e técnicas que buscam extrair dos dados coletados informações para responder às perguntas que o pesquisador estabeleceu como objetivos de seu trabalho. Para Malhotra (2001, p.155 apud OLIVEIRA, 2011), “a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística”.

A escolha desse método (quali-quantitativo), se deu porque a pesquisa qualitativa pode ser usada, também, para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa, dessa forma os métodos se complementam para obtenção de uma análise completa e coerente.

A pesquisa consistiu na aplicação de questionários semiestruturados (com 18 questões) direcionados a professores dos terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. As questões buscam identificar: os perfis dos professores (sexo/gênero, formação, disciplina que leciona), a relação entre estes e o tema sexualidade (interesses, experiências, práticas educativas) e a forma como o tema é abordado (metodologias, recursos utilizados, disciplina ideal, profissional mais indicado para abordar o tema) (**APÊNDICE A**). A realização da pesquisa com os professores ocorreu no período entre Abril de Maio de 2017. Foi apresentado o

projeto da pesquisa junto às gestões das escolas, as quais aceitaram participar livremente e assinaram declarações de consentimentos (**Ver anexo A, B e C**).

#### 4.2 Caracterização das escolas.

A pesquisa foi realizada com uma amostra de 38 professores, em três escolas públicas, situadas no bairro do Valentina de Figueiredo, município de João Pessoa, PB. Das escolas participantes duas integram a rede estadual de ensino e uma da rede municipal.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Celestim Malzac (ver figura 1) situada na Rua Professora Zenaide, s/n, bairro Valentina de Figueiredo – João Pessoa, PB, possui 902 alunos regularmente matriculados nos três turnos de funcionamento, oferecendo o ensino fundamental, que atende a faixa-etária de 10 – 15 anos, médio que atende a faixa-etária de 13 – 18 anos e o ensino de educação de jovens e adultos (EJA), sendo o médio na parte da manhã, o fundamental à tarde e EJA à noite. Conta com 18 professores e 09 salas de aula.

Além das salas de aula, a infraestrutura da escola é composta por: diretoria, sala dos professores, de vídeo, sala de estudo e planejamento, biblioteca, cozinha, cantina, bebedouros, almoxarifado, quadra de esportes e ginásio coberto.

Os questionários foram destinados aos docentes de diversas disciplinas, tais como: Matemática, História, Geografia, Artes, Ciência, Português, Educação Física e Língua Estrangeira.

**Figura 1:** E. E. E. F. M. Professor Celestim Malzac.



Fonte: Arquivo Pessoal.

O Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral – CPDAC (ver figura 2) situada na Rua Avelina dos Santos, s/n, bairro Valentina de Figueiredo – João Pessoa, PB, possui 1.273 alunos regularmente matriculados nos três turnos de funcionamento, oferecendo o ensino fundamental nos turnos manhã e vespertino, ensino médio nas modalidades regular e técnico integrado nos turnos manhã, tarde e noite e o ensino de educação de jovens e adultos (EJA) oferecido exclusivamente no turno da noite. Conta com o total de 63 docentes, sendo 21 para o ensino fundamental e 42 docentes para o ensino médio distribuídos em 25 salas de aulas.

Além das salas de aula, a infraestrutura da escola é composta por: diretoria, salas dos professores, de supervisão, de vídeo, de atendimento ao aluno, sala de estudo e planejamento, biblioteca, laboratório de informática e sala de robótica, cozinha, cantina, bebedouros, almoxarifado e ginásio coberto.

Os questionários foram destinados aos docentes de diversas disciplinas, tais como: Matemática, História, Geografia, Artes, Ciência, Português, Educação Física Língua Estrangeira.

**Figura 2:** Centro Profissionalizante Dep. Antônio Cabral - CPDAC



Fonte: Arquivo Pessoal.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Helder Câmara (ver figura 3) situada na Rua Doamir Severino dos Santos, s/n, bairro Valentina de Figueiredo – João Pessoa, PB, possui 1.080 alunos regularmente matriculados nos três turnos de funcionamento, oferecendo o ensino fundamental, que atende a faixa-etária de 10 – 15 anos e EJA, sendo o fundamental nos três turnos e EJA à noite. Conta com 46 professores e 14 salas de aula.

Além das salas de aula, a infraestrutura da escola é composta por: diretoria, salas: dos professores, de supervisão, de vídeo, de atendimento ao aluno, sala de estudo e planejamento, biblioteca, laboratório de informática e sala de robótica, cozinha, cantina, bebedouros, almoxarifado, quadra de esportes e ginásio coberto.

Os questionários foram destinados aos docentes de diversas disciplinas, tais como: Matemática, História, Geografia, Artes, Ciência, Português, Educação Física Língua Estrangeira..

**Figura 3:** E. M. E. F. Dom Helder Câmara.



Fonte: Arquivo Pessoal.

#### 4.3 Análise e tratamentos dos dados.

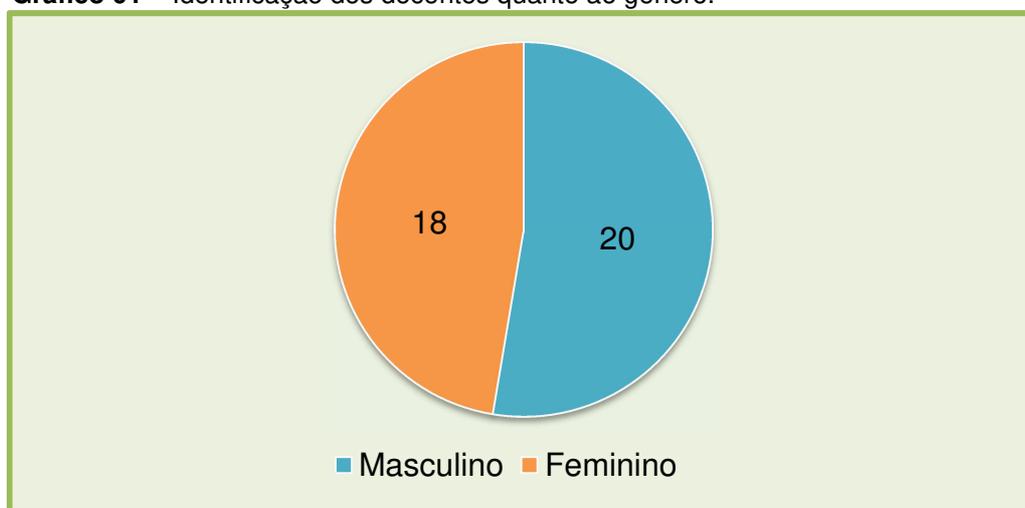
Como descrito no item anterior, foi aplicado um total de 38 questionários nas três escolas com professores do terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental.

Para análise e tratamentos dos dados foi utilizado o software Excel<sup>®</sup> 2010 de onde foram gerados tabelas, quadros e gráficos para uma melhor compreensão estatística.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.

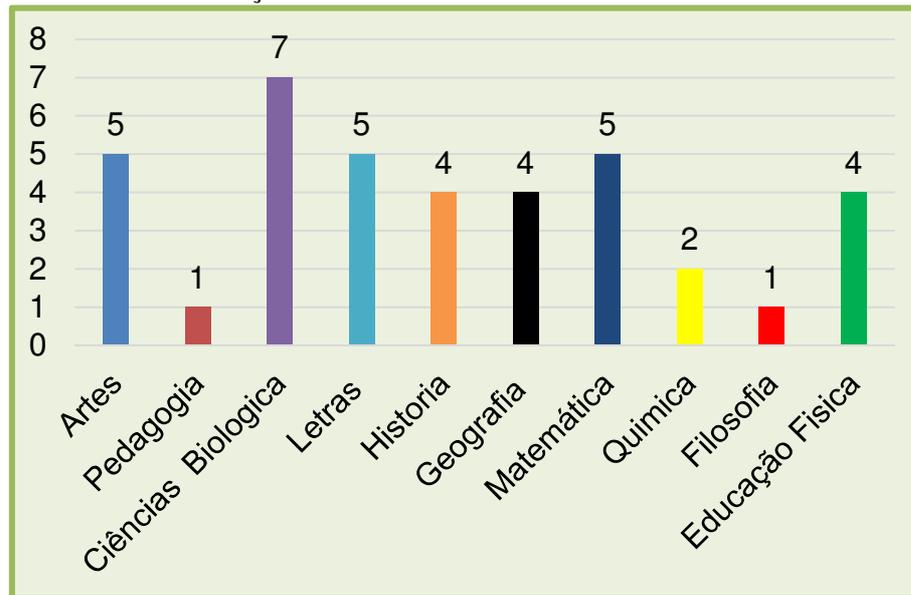
Ao estudar o instrumento de coleta de dados observou-se que do total de 38 professores (as) que participaram da pesquisa 20 deles são do sexo feminino e 18 do sexo masculino. Vale ressaltar que foram distribuídos um total de 45 questionários entre os/as docentes que compõem as escolas pesquisadas, contudo, sete (7) destes não foram devolvidos, razão que se corrobora numa proporção maior de educadores(as) e respectivas disciplinas comparada a outros profissionais.

**Gráfico 01** – Identificação dos docentes quanto ao gênero.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A maior parte dos professores participantes é da área de Ciências Biológicas seguidos dos, de Matemática, de Letras e Artes, que apresentaram o mesmo número de professores, como se observa no gráfico 02. É importante destacar que a pesquisa alcançou docentes de todas as disciplinas referentes aos terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental público.

**Gráfico 02** – Formação acadêmica dos docentes.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

O quadro - 1, a seguir, apresenta dados referentes ao ano de formação, tempo que leciona e o período de permanência na escola em que leciona atualmente. Dos 38 atores deste estudo, identificou-se que onze (11) deles possuem entre cinco e sete anos de formação. Para o tempo de experiência em sala de aula nove (9) destes lecionam a um período de 5 a 7 anos. E com relação à experiência na escola em que leciona, a maior parte deles lecionam na mesma escola a um período de 3 a 4 anos.

**Quadro 1** – Perfil dos professores quando ao tempo de formação e experiência em sala de aula.  
(continua)

Períodos	Ano de formação	Tempo que leciona	E na escola
0 a 6 meses	0	0	2
6 meses a 1 ano	1	1	3
Mais 1 a 2 anos	4	2	6
Mais 2 a 3 anos	1	2	6
Mais 3 a 4 anos	1	0	7
Mais 4 a 5 anos	3	5	5
Mais 5 a 7anos	11	9	1
Mais 7 a 10 anos	1	3	1
Mais 10 a 13 anos	3	2	1
Mais 13 a 15 anos	0	2	2
Mais 15 a 17 anos	3	3	2
Mais 17 a 20 anos	4	3	2

**Quadro 1** – Perfil dos professores quando ao tempo de formação e experiência em sala de aula. (conclusão)

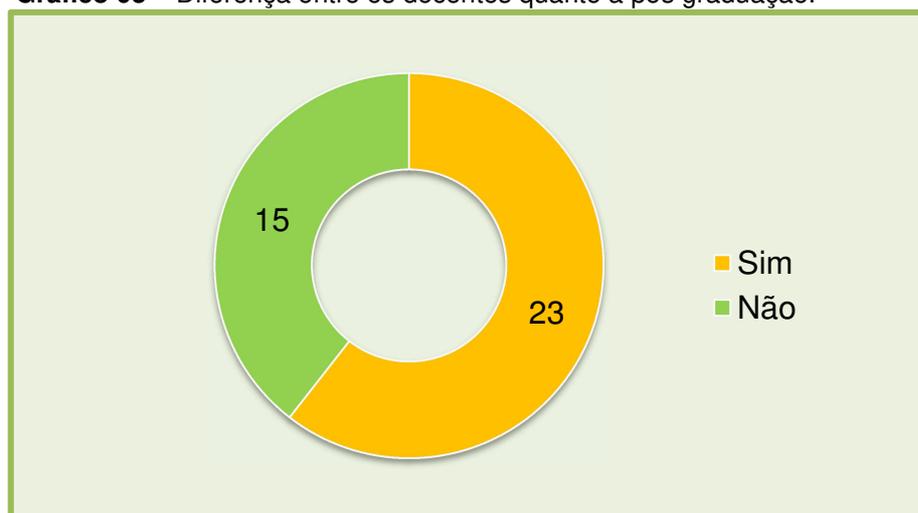
Períodos	Ano de formação	Tempo que leciona	E na escola
Mais 20 a 25 anos	0	0	0
Mais 25 a 30 anos	6	6	0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

É importante destacar que 6 (seis) dos participantes possuem formação a mais de 25 anos, o que equivale a 16% dos entrevistados, ficando atrás apenas daqueles com formação entre cinco e sete anos. Essa situação se repete também para o quesito “tempo que lecionam”.

Ainda com relação ao perfil dos professores, 23 possuem pós-graduação, o que equivale a 61% dos entrevistados.

**Gráfico 03** – Diferença entre os docentes quanto à pós graduação.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A tabela a seguir demonstra a proporção de professores em relação às disciplinas que lecionam. Os professores de ciências, matemática e português aparecem em maior número com 16% cada, totalizando 48% dos participantes.

**Tabela I** – Quantitativo de disciplinas lecionadas pelos docentes. (continua)

Disciplinas	Quantidade	%
Matemática	6	16%
Ciências	6	16%
Língua Portuguesa	6	16%

**Tabela I** – Quantitativo de disciplinas lecionadas pelos docentes. (conclusão)

Disciplinas	Quantidade	%
Educação Física	5	13%
Geografia	4	11%
Artes	3	8%
Historia	3	8%
Língua estrangeira	3	8%
Não respondeu	2	5%
Total	38	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Os dados apresentados a seguir se referem às perguntas objetivas e subjetivas que tem a finalidade de identificar como o tema sexualidade é abordado em sala de aula e quais são as metodologias utilizadas pelos docentes.

Essas questões tratam de temas relacionados à inclusão do tema no Projeto Político Pedagógico da Escola – PPP, ao interesse do professor pela temática; à capacitação, às dificuldades encontradas; quais assuntos abordados; aos métodos/práticas pedagógicas utilizadas e à visão do professor sobre a temática – práticas/disciplina ideal para exposição do tema.

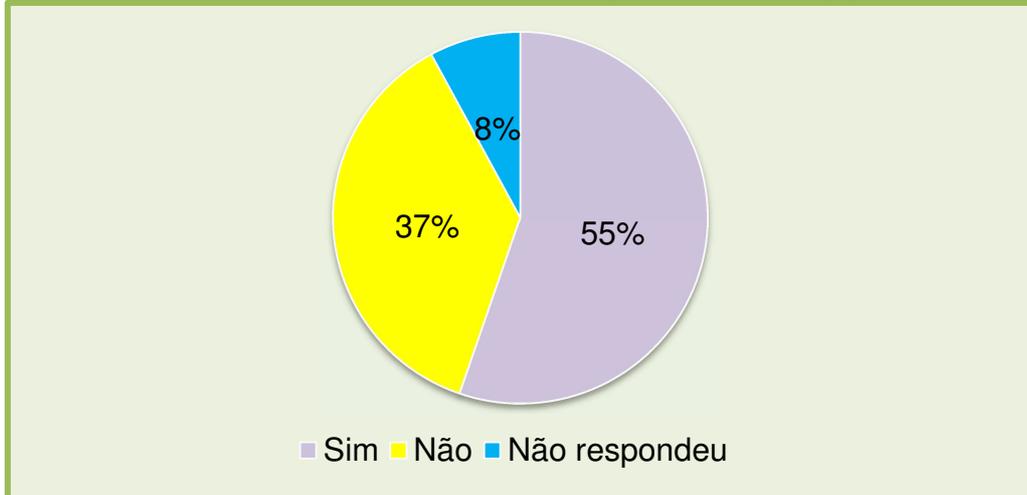
Quando questionados se a escola inclui o tema sexualidade em seu Projeto Político Pedagógico (gráfico 04), 55% dos professores responderam que sim, enquanto que 37% responderam não e outros 8% não souberam responder.

Ao analisarmos que a maioria (55% das respostas) reconhecem a inclusão da sexualidade no PPP da escola e reforça a posição de Estevam et al (2009, p.2) quanto ao compromisso de cada educador(a) conhecer o projeto político pedagógico diante da “exigência inerente ao ofício que desempenha ou pela importância que esta ação venha contribuir para a sua formação continuada”. Ainda nessa perspectiva de compromisso de cada educador (a), a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 define que a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) faz parte da pauta de atribuições do professor. Tal expressão aparece em seu Título II, artigo 13, parágrafos “I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” e “II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”. (BRASIL, 1996).

É possível identificar também uma parcela de professores que ou não conhecem o PPP da escola ou não souberam responder se a escola possui o PPP o

que pode demonstrar uma lacuna referente ao diálogo dentro da própria instituição de ensino.

**Gráfico 04** – Inclusão do tema sexualidade no Projeto Político Pedagógico pela escola.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

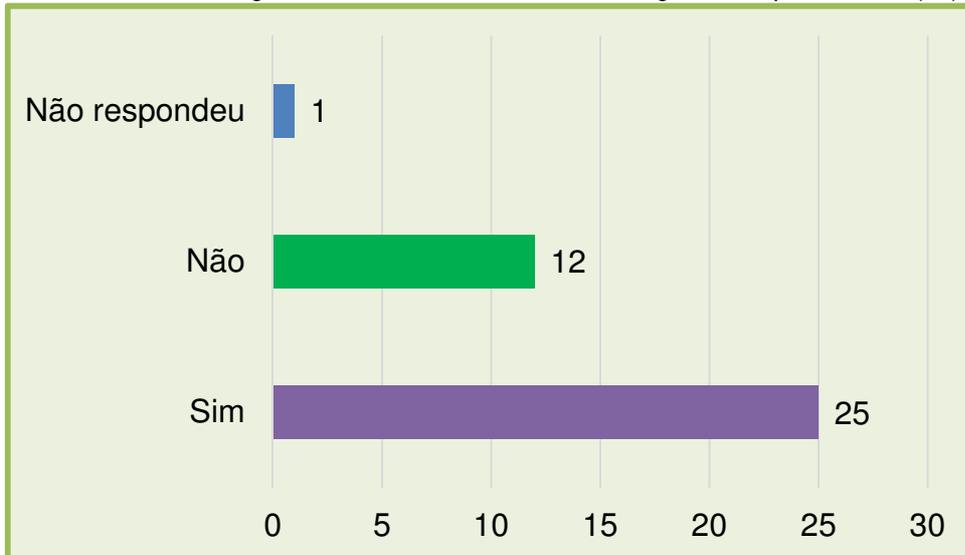
O Quadro 2 demonstra a parcela de professores que ou não conhecem o PPP da escola ou não souberam responder se a escola inclui no PPP. Como já mencionado, estes dados podem demonstrar uma lacuna referente ao diálogo dentro da própria instituição de ensino, uma vez que, dentro da mesma instituição de ensino houveram divergência nas respostas.

**Quadro 2** – Divergência de resposta pelos autores quanto à inclusão do tema sexualidade no PPP.

Inclusão o tema da sexualidade em seu Projeto Político Pedagógico – PPP			
	Sim	Não	Não respondeu
Escola 1	10	2	0
Escola 2	6	9	2
Escola 3	5	3	1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Dando sequência a análise dos resultados da pesquisa, o quesito que trata sobre a abordagem da temática na escola (gráfico 05), 25 dos 38 docentes responderam que sim.

**Gráfico 05** - Abordagem da sexualidade na escola, segundo os professores(as).

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

No quesito acima, a maioria dos professores entende que não deve partir do professor, mas sim da instituição de ensino a abordagem da temática, desta forma o entendimento é que é a escola que deve nortear o processo de educação sexual.

Apesar dos professores opinarem a favor de o tema ser abordado a partir da escola, é importante dizer que serão os professores que estarão em sala de aula e consequentemente responderão às questões e dúvidas que surgirem. Por sua vez esses questionamentos nem sempre estão dentro do programa da escola, surgindo assuntos inusitados levantados pelos alunos, desta forma, a abordagem deverá também partir do próprio docente que precisará estar preparado para lidar com eles. Conforme os PCN, 1998:

O trabalho de Orientação Sexual também implica o tratamento de questões que nem sempre estarão articuladas com as áreas do currículo — seja porque são singulares e necessitam de tratamento específico, seja porque permeiam o dia-a-dia na escola das mais diferentes formas, emergindo e exigindo do professor flexibilidade, disponibilidade e abertura para trabalhá-las. As manifestações da sexualidade, diferentes em cada etapa do desenvolvimento, são uma excelente oportunidade para os professores desenvolverem um trabalho não previamente programado. A sexualidade gera nos alunos grande variedade de sentimentos, sensações e dúvidas. Suas manifestações são espontâneas, acontecem inevitavelmente e os professores precisam estar preparados para lidar com elas. A atitude de acolhimento a essas expressões e de disponibilidade para ouvir e responder é fundamental para o trabalho que aqui se propõe. O trabalho de Orientação Sexual se dará, portanto, dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas áreas do currículo, e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. (BRASIL, 1998, p. 308)

Na sequência de perguntas, os professores responderam sobre como a temática deveria ser inserida na escola. Para esse quesito, não foram feitas sugestões de respostas no questionário, os professores ficaram livres para opinar sobre estratégias que já utilizam ou que utilizariam em suas aulas para trabalhar o tema sexualidade. As sugestões feitas pelos entrevistados envolvem práticas pedagógicas (quadro 3), metodologias, estratégias, entre outras. A mais sugerida são as palestras, com 18%. Maistro (2009, p.40) argumenta que essa proposta tem por objetivo de:

[...] limitar-se à pura informação, descontextualizadas do cotidiano do educando, transmitidas como um processo não planejado e sem a interferência dos jovens, fatalmente se tornarão alvo de opiniões desfavoráveis e até depreciativas, pela escassez de coerência e lógica. Delas, o estudante não participa, sendo apenas um mero espectador; e o orador é um reproduzidor de palavras e frases que, num curto espaço de tempo, serão esquecidas. (MAISTRO, 2009 p. 40)

**Quadro 3** – Propostas de inserção do tema sexualidade na escola.

Respostas	Quantidades	%
Palestras	9	18%
Vídeos / Filmes	5	10%
Depoimentos	5	10%
Como forma de conscientização dos alunos	4	8%
Interdisciplinar	4	8%
Informativa	4	8%
Leitura	3	6%
Debates	2	4%
Temas Transversais	2	4%
Não cabe a escola e sim a família	2	4%
Não respondeu	2	4%
Como qualquer outro assunto	1	2%
Pesquisas	1	2%
Conversas com alunos	1	2%
Na própria sala de aula	1	2%
Dentro de currículo de algumas disciplinas	1	2%
Trabalhos pedagógicos com especialista	1	2%
Projeto Político Pedagógico – PPP	1	2%
Com a comunidade escolar	1	2%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

É importante observar que apenas 8% dos professores responderam que a temática deveria ser tratada de forma interdisciplinar e outros 4% como tema transversal, totalizando 12%. Ou seja, os dados mostram o entendimento de que para abordar a sexualidade é preciso trata-la de forma transversal e interdisciplinar atinge apenas 12%, um percentual considerado muito baixo, tendo em vista que a inclusão da sexualidade como tema transversal é uma recomendação dos PCN e deveria, portanto, representar uma parcela mais expressiva nos dados coletados.

Segundo Gavidia (2002, p. 20 apud FIGUEIRÓ, 2009), a transversalidade:

[...] é uma proposta séria, integradora, não-repetitiva, que contextualiza a problemática formulada pelas pessoas nesse momento, como indivíduos e como grupo. [...] é aquilo que se estende atravessado de um lado a outro, “encadear”, “transpassar”, “infiltrar-se”. Isto quer dizer que uma proposta de tornar a educação sexual transversal significa fazer abordagens específicas dentro das diversas áreas do conhecimento, voltadas para a formação integral do homem. Todas as disciplinas, de acordo com a sua área de conhecimento, os seus objetivos e os seus conteúdos, estariam articuladas e tratariam dos temas relacionados à sexualidade no decorrer de toda a escolaridade obrigatória. Propor a transversalidade seria uma maneira de suavizar as linhas divisórias que afastam, normalmente, uma disciplina da outra, em suas particularidades, o que, na verdade, torna-as fragmentárias e, muitas vezes, discordantes entre si. A transversalidade contribui para aumentar o alcance e dar coerência aos conhecimentos aplicados por meio de uma maior integração interdisciplinar.

O quadro (nº 4) a seguir reúne informações sobre o interesse, experiência e a inclusão da temática pelos professores.

**Quadro 4** – Demonstrativo dos quantitativos das questões nº 11, nº 12 e n 13.

Questões	Sim	Não
Você possui interesse por essa temática?	25	13
Você possui experiência com essa temática?	18	20
Você inclui a temática sexualidade nas suas aulas?	18	20

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Nesse quadro pode-se observar que 25 dos 38 professores possuem interesse em abordar a sexualidade e apenas 18 possuem experiência, mesma proporção dos que incluem a temática nas aulas.

É importante salientar neste momento a importância do papel do professor ao criar inúmeras oportunidades e discutir o tema com imparcialidade e sob vários aspectos, proporcionando aos alunos informações claras e objetivas para que estes

possam formular suas próprias opiniões acerca do tema, conforme aponta Figueiró (2009).

Para os professores que incluem a temática sexualidade nas aulas (tabela II), foram sugeridos alguns assuntos e eles indicaram os que mais abordam. A tabela a seguir apresenta os valores e suas porcentagens:

**Tabela II** – Assuntos contemplados com tema sexualidade pelos educadores(as).

Assuntos	Quantidade	%
Violência sexual	19	17%
Diferença de Gêneros	17	15%
Métodos Contraceptivos	14	13%
DST/AIDS	14	13%
Orientação Sexual	13	12%
Aborto	13	12%
Gravidez na adolescência	13	12%
Não respondeu	7	6%
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

O assunto que tem mais expressividade entre os professores é a violência sexual. Esse dado pode ser entendido como um aspecto positivo na abordagem do tema, demonstrando uma preocupação com os casos de agressão física e psicológica que acontecem cotidianamente, como noticiam os jornais de grande alcance nacional, regional e local.

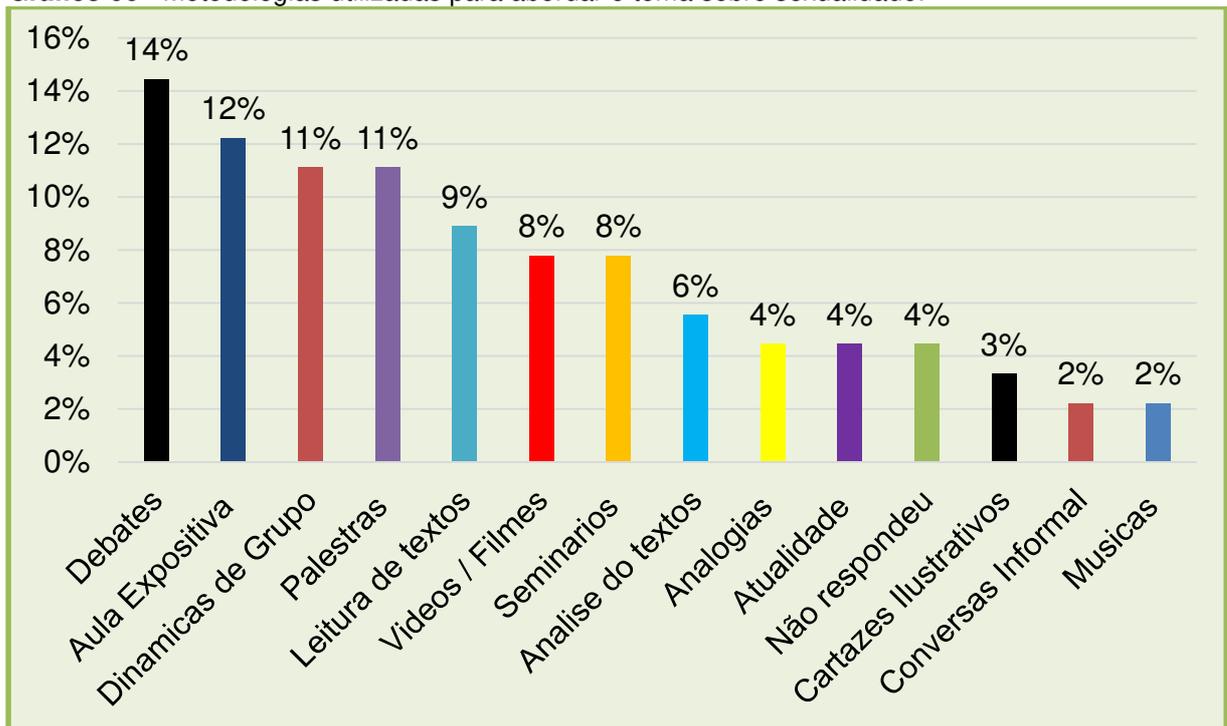
O segundo tema mais abordado é a diferença de gêneros seguido por métodos contraceptivos e DST/AIDS com 15%, 13% e 13% respectivamente.

A sexualidade por si só é um tema amplo e complexo exigindo do professor ou profissional que o aborda um conhecimento igualmente amplo. Violência sexual, igualdade de gênero, aborto, gravidez da adolescência, DST/AIDS, são cercados por tabus enraizados na sociedade e sua complexidade é ampliada ainda mais quando se alia às experiências que cada um vivencia. Segundo os PCN (BRASIL, 1998, p. 315): “os assuntos mais importantes para o grupo e de maior relevância social devem ser objeto prioritário do trabalho de Orientação Sexual” e recomenda ainda que: quaisquer que sejam estes assuntos é preciso que os eixos básicos da atuação

sejam respeitados, “já que todos os assuntos precisam incluir as dimensões do Corpo, as Relações de Gênero e a Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis, HIV/Aids na sua discussão”. (BRASIL, 1998, p.315).

Dentre as sugestões de métodos utilizados para abordar o tema (gráfico 06) os mais usuais foram: debates (14%), seguido por aulas expositivas (12%) e dinâmicas de grupo e palestras (ambas com 11% cada).

**Gráfico 06** - Metodologias utilizadas para abordar o tema sobre sexualidade.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Segundo os PCN's a sexualidade deve ser abordada em todas as disciplinas uma vez que se configura como tema transversal. É importante que as estratégias utilizadas nas aulas, independentemente de quais sejam, permitam que tanto o professor como os alunos se sintam à vontade para discutir o tema. (FIGUEIRÓ, 2004)

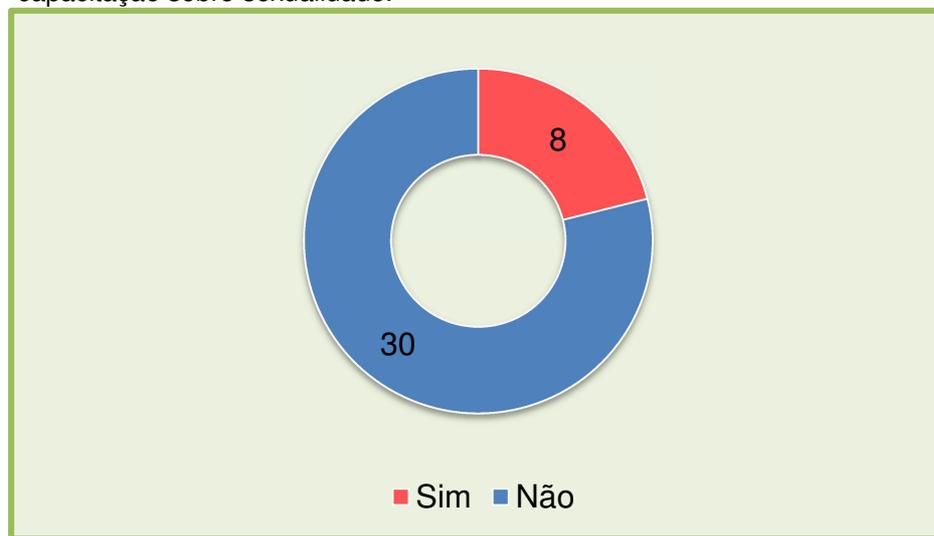
Para Figueiró (2009), o professor deve estar atento, aproveitando as oportunidades, como por exemplo algum questionamento feito pelos alunos, para proporcionar um debate, pois dessa forma o conteúdo passa a ser visto como algo comum a ser debatido na sala de aula. Esta autora considera ainda essa metodologia como sendo importante para abordagem do tema, denominando-a de “debate aberto” que consiste em:

[...] dispor os educandos, na classe como um todo, para debater e trocar ideias com seus colegas sobre o tema em estudo. É isto que possibilita aos alunos entrarem em contato com diferentes posicionamentos para, a partir daí, formar suas próprias opiniões e preparar-se para tomar decisões próprias. (FIGUEIRO, 2009, p.152).

O “debate aberto” pode ser usado de forma a complementar outras técnicas de ensino.

Na sequência perguntou-se aos professores se eles haviam recebido capacitação (formação continuada) sobre sexualidade e 30 deles responderam que não. Conforme demonstra o gráfico 07 abaixo.

**Gráfico 07** – Respostas dos educadores(as) quanto ao recebimento de capacitação sobre sexualidade.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

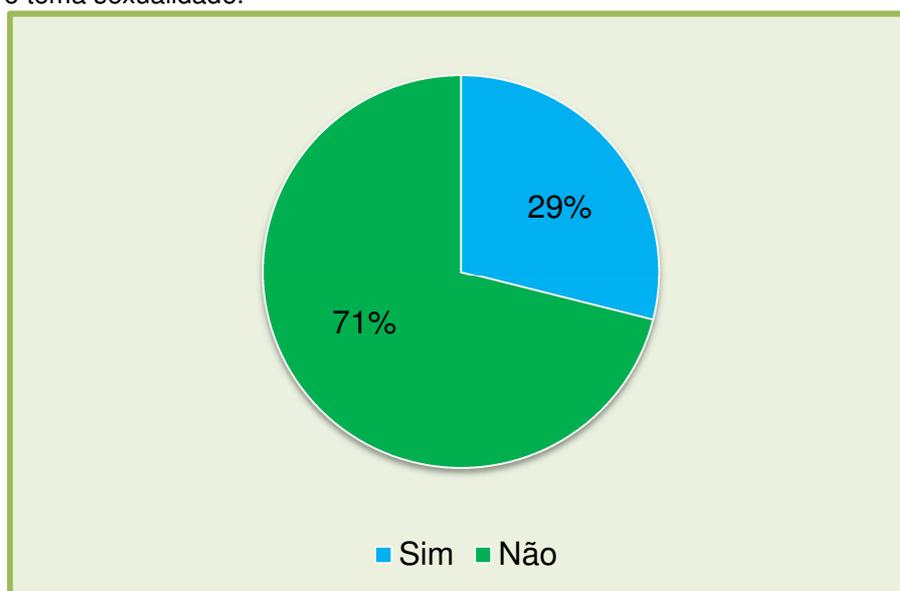
Percebe-se que há necessidade da realização de cursos relacionados a orientação sexual para formação continuada de Professores na escola. Para Figueiró (2009):

Esta formação requer formadores e formandos motivados, livres de preconceitos e com um firme desejo de auxiliar indivíduos a compreenderem que a sexualidade e todos os aspectos a ela relacionados são indicadores de todo um equilíbrio que o organismo busca. Encarar e viver a sexualidade como uma das coisas mais bonitas da vida exige muita coragem de todos nós. O educador/professor necessita acolher seus estudantes, motivá-los a perguntar, tirar dúvidas, anseios. Necessita, também, desprender-se dos seus valores e experiências particulares, organizar os conhecimentos sobre sexualidade para auxiliar o jovem estudante que busca, incessantemente, viver suas emoções, experiências e amor. (FIGUEIRO, 2009, p. 181).

Destaca-se a importância dessa “imparcialidade” por parte do professor, no sentido de colocar seus valores particulares a margem para explicar o tema de forma clara e livre de preconceitos.

Quando questionados sobre a existência de dificuldades para abordar a temática sexualidade (gráfico 08), 71% dos professores afirmaram não encontrar algum tipo de dificuldade para abordar o tema.

**Gráfico 08** – Percepção dos docentes quanto à dificuldade na abordar o tema sexualidade.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Questionou-se também quais seriam as principais dificuldades encontradas. A principal seria a falta de capacitação (29%) seguida pelo descompromisso dos alunos (29%). O quadro a seguir demonstra quais as demais dificuldades encontradas.

**Quadro 5** – Dificuldades encontradas na abordagem da sexualidade na escola.

Dificuldades	Quantidade	%
Falta de Formação / Capacitação	4	29%
Descompromisso dos Alunos	4	29%
Não respondeu	2	14%
Conflitos Ideológicos	1	7%
Conflitos religiosos	1	7%
Não consigo incluir no assunto da disciplina	1	7%
Capacitação metodológica	1	7%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

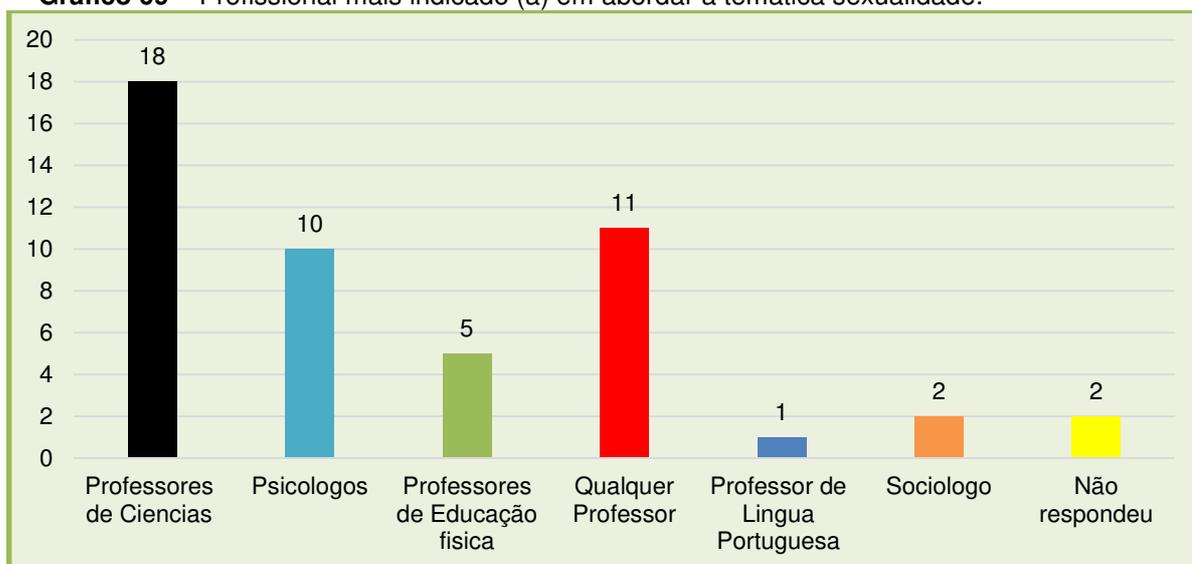
Com relação às dificuldades encontradas pelos professores na abordagem dessa temática, Figueiró (2009) afirma que:

[...] no contexto escolar, com raras exceções, o tema Orientação Sexual no ensino fundamental tem sido abordado, pois os professores não se sentem seguros para o seu desenvolvimento. Ao questionar sobre as razões que os levam a excluir do seu planejamento tal tema, as opiniões diversificam-se. Algumas respostas camuflam-se em assuntos não relacionados que não correspondem às verdadeiras razões. Alguns atribuem falta de tempo para preparar aulas de tais conteúdos e outros recorrem aos exemplos dos jovens estudantes que pensam apenas em resolver problemas relacionados à gravidez indesejada. Na prática, o tema Orientação Sexual tem se demonstrado de difícil implementação, aparecendo muito mais como um ideal na narrativa dos educadores, como aquilo que deveria ser feito, ou do que de fato acontece no dia-a-dia da escola. (FIGUEIRÓ, 2009, p. 181).

Esta mesma autora aponta que em pesquisas realizadas nas escolas, percebe-se que algumas das dificuldades apontadas pelos professores para trabalhar o tema, em sala de aula, “estão relacionadas à própria concepção que eles estabelecem entre sua experiência pessoal e a Orientação Sexual que devem trabalhar na escola, com estudantes oriundos de multiculturalidade”. (FIGUEIRÓ, 2009, p. 182)

Por fim, os docentes foram questionados sobre existir algum profissional que seria mais indicado para abordar a sexualidade (gráfico 09) e 18 dos 38 professores responderam que são os professores de Ciências os mais indicados, enquanto que 11 responderam que todos os professores podem trabalhar o tema em sala de aula.

**Gráfico 09** – Profissional mais indicado (a) em abordar a temática sexualidade.



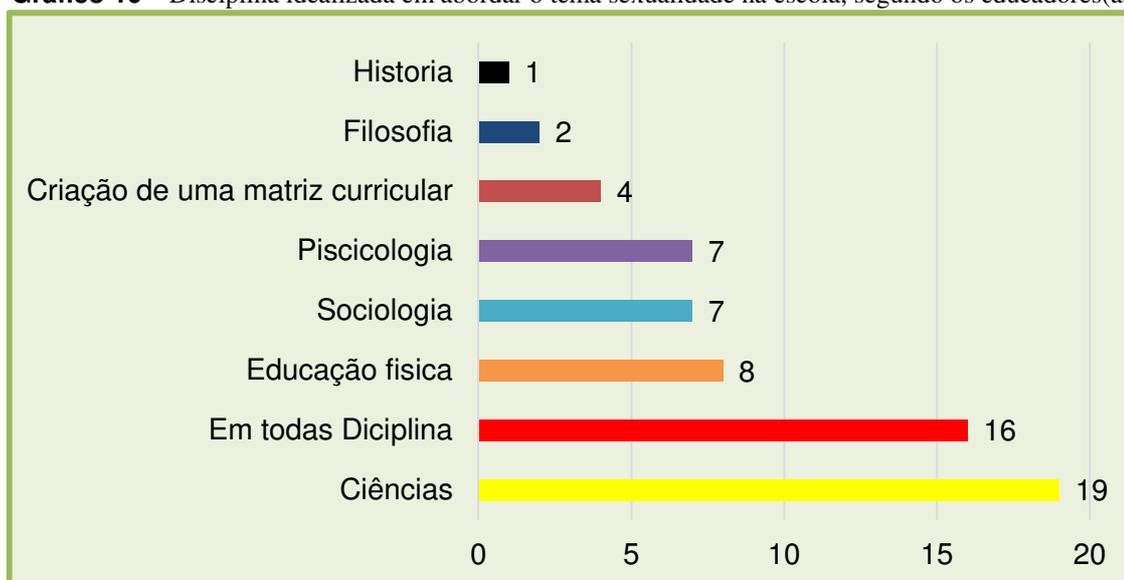
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A pesquisa revela uma visão ainda reducionista, com relação ao profissional mais indicado para abordar o tema. A maioria dos autores dessa pesquisa atribui ao professor de Ciências essa responsabilidade. Tal fato, possivelmente, decorre do referido profissional ter um conhecimento mais profundo do corpo humano e das funções biológicas e anatômicas.

Para Furlani (2005) essa visão reducionista, formulada desde os primeiros estudos da sexualidade, confere ao ensino a um caráter higienista e reprodutivo ao abordar a “promoção da saúde e privilegiar discussões sobre reprodução humana, DST/AIDS, gravidez indesejada, planejamento familiar e puberdade”. (FURLANI, 2005, p. 204). Partindo do exposto pela autora, evidencia-se a falta do comprometimento dessa visão com outras colocações como dúvidas apresentadas pelos alunos sobre respeito, afeto, preconceito, tolerância, desigualdades ficam à margem, deixando de serem discutidas e apreciadas.

Quando questionados sobre a disciplina ideal para abordar o tema (gráfico 10), ciências biológicas aparece com 19 indicações dentre as 38 respostas, representando 50% da opinião dos professores e 16 entrevistados responderam que o tema deve ser abordado em todas as disciplinas, retornando à ideia de transversalidade e interdisciplinaridade.

**Gráfico 10** – Disciplina idealizada em abordar o tema sexualidade na escola, segundo os educadores(as).



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Apesar de estar em segundo lugar, a opção de tratar o tema em todas as disciplinas também aparece de forma expressiva na pesquisa. Essa importância, da

transversalidade, corrobora com a formação do cidadão crítico/participativo a partir de ampliação do espaço de discussão do tema, com base em demandas plurais e globalizadas, abrangendo todos os campos do conhecimento. Esse posicionamento vai ao encontro das recomendações propostas pelos PCN que entende a finalidade do trabalho de Educação Sexual como sendo contribuir para que “os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade.” (BRASIL, 1998, p. 311)

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A execução dessa pesquisa nos revela o compromisso de cada educador (a) ao promover práticas pedagógicas voltadas para abordagem da temática sexualidade no espaço escolar.

Durante a análise de nosso estudo constatamos que há divergências entre os docentes quanto a existência de inclusão do tema sexualidade no projeto político pedagógico nas escolas pesquisadas, sendo que é compromisso de todos(as) os(as) educadores(as) conhecer e pôr em prática as ações pedagógicas norteadas pelo PPP.

É importante que o(a) educador(a) desenvolva flexibilização em suas metodologias uma vez que cada educando(da) traz consigo formas e vivências próprias de aprender. Produza o debate, a discussão e a reflexão assim, não tornando o/a educando(a) meros expectadores(as).

Faz-se necessário que o/a professor(a) se capacite através de formação continuada, reavaliando sua atuação pedagógica e reflexão pessoal afim de diminuir as dificuldades existentes no processo de ensino aprendizagem dentro da perspectiva de sexualidade humana.

Apesar da promulgação dos temas transversais propostos pelos PCN's há quase 20 anos, hoje ainda impera o discurso reducionista ou biologizante na abordagem sobre sexualidade na escola. É preciso que o/a docente reconheça a educação sexual como processo educativo multidimensional onde todos(as) intervenham no ensino e aprendizagem sem impor qualquer barreira educativa.

Conclui-se que esta pesquisa possa servir de aporte para novos estudos sobre praticas pedagógicas voltados aos temas relacionados à sexualidade humana.

## 7. REFERÊNCIAS.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO, 2004.

ARAÚJO, D.C.; SANTOS, D.B.C. Sexualidade e gênero: questões introdutórias. In: PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Sexualidade. Reimpressão, Curitiba, SEED, 2009. p. 14. Disponível em:< <https://goo.gl/ctSQZ7>> Acessado em: 12 jan, 2017.

BONFIM, S. S. Orientação sexual na escola: tabus e preconceitos, um desafio para a gestão. 2009. 70 f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Curso de Pedagogia, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em:< <https://goo.gl/3Mghdq>> Acessado em: 11 de fev, 2017.

BOVO, M. C. Interdisciplinaridade e Transversalidade como Dimensão da Ação Pedagógica. Revista Urutágua, Maringá, v. 7, p. 1-12, Ago/Set/Out/Nov. 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/VndXvF>>. Acessado em: 11 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://goo.gl/KTeiuR>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITTOS, E. S.; SANTOS, A. B.; GAGLIOTTO, G. M. A importância da educação sexual na formação de professores: o projeto laboratório de educação sexual adolecer e a intervenção necessária junto aos adolescentes no espaço escolar. In: Simpósio Internacional de Educação Sexual, 3., 2013, Maringá. Corpos, Identidade de Gênero e Heteronormatividade no espaço escolar. Disponível em: < <https://goo.gl/tf4scl> > . Acessado em: 19 de mar. 2017

COSTA, M. Sexualidade na adolescência – Dilemas e crescimento, 8ª ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

EGYPTO, A. C. Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.

ESTEVAM, S. J. et al. A importância da construção do projeto político Pedagógico na formação do professor. Artigo. 2009. Faculdade Peruíbe: São Paulo. Disponível em: <<https://goo.gl/UjLa54>> Acessado em: 01 mar. 2017.

FAGUNDES, T. C. P. C. Sexualidade e gênero – Uma abordagem conceitual. In: Ensaio sobre a educação sexualidade e gênero./ organização Salvador: Helvécia, 2005.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual: problemas de conceituação e terminologias básicas adotadas na produção acadêmico-científica brasileira. Semina: Ci. Sociais/Humanas, v. 17, n. 3, p. 286-293, set. 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/Yr1tYE>>. Acessado em: 02 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio. 2ª ed. Londrina: Ed. UEL, 2001.

\_\_\_\_\_. Educação sexual: em busca de mudanças. 1ª ed. Londrina: Ed. UEL, 2009.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FURLANI, J. O bicho vai pegar! – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. 272f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GONTIJO, D. T.; MARQUES, E.; ALVES, H. C. “Hoje na escola a gente está falando em vulnerabilidade”: contribuições da terapia ocupacional do processo de formação continuada de professores. In: Caderno de Terapia Ocupacional. UFSCar, São Carlos, 16 dez. 2011.v. 20, n.2, p.255-266. ISSN 0104-4931. Disponível em: <<https://goo.gl/CCEUCd>> Acesso em: 09 fev. 2017.

GUIMARÃES, I. Educação sexual na escola: mito e realidade. 2ª ed. Campinas: Mercados das Letras, 2002.

JARDIM, D.P.; BRÊTAS, J.R. da S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira - SP. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 59, n. 2, abr. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/sa98cs>> Acessado em: 14 de mar, 2017.

LEÔNICIO, J. M. M. A orientação sexual nas escolas a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais. In: Educação, Gestão e Sociedade, 12. 2013. Unesp. Revista da Faculdade Eça de Queirós, Jandira, nov. 2013, p. 65-82. ISSN 2179-9636. Disponível em: < <https://goo.gl/m4dWoA> > Acessado em: 23 jan. 2017.

LIMA, E. ; ALMEIDA, G. B. Educação sexual e práticas pedagógicas. In: Colóquio de História: Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade, 4. 2010. Unicap. Anais Eletrônicos. Recife, 16 nov. 2010. p. 723-733. ISSN: 2176-9060. Disponível em: < <https://goo.gl/52gGPE> > Acessado em: 10 jan. 2017.

LIMA, R. J. A percepção de alunos e professores do ensino médio sobre os temas transversais saúde e orientação sexual. 2013. 64 f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MAISTRO, V. I. A. Desafios de um projeto de educação sexual na escola. In: FIGUEIRÓ, M. Educação sexual: em busca de mudanças. 1ª ed. Londrina: Ed. UEL, 2009.

\_\_\_\_\_. V. I. A.; ARRUDA, S. M.; JÚNIOR, A. L. O papel do professor em um projeto de educação sexual. In: Encontro Nacional em Pesquisa em Ciências. 7. 2009. Florianópolis. 08 nov. 2009. [SN]. ISSN: 21766940. Disponível em: < <https://goo.gl/3jk9Yh> >. Acessado em: 04 fev. 2017.

NOVAK, E. Dificuldades enfrentadas pelos professores ao trabalhar educação sexual com adolescentes. 2013. 38 f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) Especialização em ensino de ciências - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

NUNES, C. A. Desvendando a sexualidade. 7ª ed. Campinas: Papirus, 2005.

OLIVEIRA, M. F. de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011. 72 p.

RIBEIRO, P. R. M. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil, In: FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina UEL. 2009. p. 129,190.

REIS, E. F. de A. Escola e sexualidade diferentes concepções / muitos desafios. 2009. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/dEVYFz> > Acessado em: 05 fev. 2017.

SANTOS, M. A. Orientação sexual no 1º e 2º ciclos do ensino fundamental: uma realidade distante? 2001. 68f. Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2001. Disponível em:< <https://goo.gl/XqTsr0>> . Acessado em: 10 de fev. 2017.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. (Org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. Disponível em:<<https://goo.gl/QBwCgO>> . Acessado em: 21 de fev. 2017.

WEREBE, M. J.G. Implantação da Educação Sexual no Brasil. In: Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 29 set. 1978, n. 26, p. 21-27. Disponível em: <<https://goo.gl/EwX9IS>> Acessado em: 05 fev. 2017.

YUS, R. Temas transversais: em busca de uma nova escola. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Questionário aplicado aos professores do ensino fundamental



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

#### **QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

##### **Questionário – Práticas Pedagógicas: Educabilidade de Gênero em Escolas do Ensino Fundamental Público.**

Este questionário é parte da metodologia de uma pesquisa vinculada ao Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso (TACC) de Ciências Biológicas (Lic.) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A pesquisa tem como objetivo identificar as práticas pedagógicas sobre a temática sexualidade entre os professores (as) do ensino fundamental, do terceiro e quarto ciclo, em escolas da rede pública. Por isso pedimos a sua colaboração através da resposta às questões abaixo. Os dados recolhidos serão tratados com o devido respeito e total anonimato. A sua colaboração é indispensável, desde já, agradecemos à colaboração. Os resultados e conclusão da pesquisa serão apresentados na forma de TACC junto ao curso de Ciências Biológicas (Lic.) da UFPB sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Lourdes Pereira.

Escola: \_\_\_\_\_

Rede de ensino: ( ) Estadual ( ) Municipal

1. Nome do Professor:

\_\_\_\_\_

2. Sexo: ( ) M. ( ) F.

3. Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_ Ano da Formação: \_\_\_\_\_

4. Possui Pós Graduação? ( ) SIM ( ) NÃO

5. Se sim, Qual?

---

---

6. Há quanto tempo Leciona:\_\_\_\_\_ E nesta escola:\_\_\_\_\_

7. Qual disciplina leciona:

---

8. A escola inclui o tema da sexualidade em seu Projeto Político Pedagógico – PPP ?

( ) SIM ( ) NÃO

9. Você acha que a abordagem dessa temática deve partir da instituição?

( ) SIM ( ) NÃO

10. Como deve ser inserida a temática sexualidade na escola?

---

---

---

---

11. Você possui interesse por essa temática?

( ) SIM ( ) NÃO

12. Você possui experiência com essa temática?

( ) SIM ( ) NÃO

13. Você inclui a temática sexualidade nas suas aulas?

( ) SIM ( ) NÃO

14. Se Sim, Qual ou quais assunto(s) é/são contemplada(as) ?

( ) métodos contraceptivos ( ) Orientação Sexual ( ) DST/AIDS

( ) Aborto ( ) Grávidas na adolescência ( ) Diferença de Gêneros

( ) Violência sexual

( ) Outros. \_\_\_\_\_.

15. Qual ou quais metodologia (as) você utilizou para abordar o tema sobre sexualidade?

---

---

---

16. Você recebeu capacitação (formação continuada) sobre sexualidade?

( ) SIM ( ) NÃO

17. Você possui dificuldade (s) em abordar esse tema?

( ) SIM ( ) NÃO

18. Qual(is)? \_\_\_\_\_

---

---

---

19. Para você, qual é o/a profissional mais indicado para trabalhar com a temática sexualidade dentro da escola?

---

---

---

---

---

20. Existe alguma disciplina ideal para ser abordada com o tema sexualidade na escola?

---

---

---

João Pessoa, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

Assinatura do Professor (a)

**ANEXOS****ANEXOS A – Declaração da Escola E. E. F. M. Celestin Malzac**

  
**GOVERNO DA PARAÍBA**  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSOR CELESTIN MALZAC  
JOÃO PESSOA – PB  
CEP: 58.055-010 FONE: 3212-7919  
DECRETO DE CRIAÇÃO: 10.608 01/03/1985  
CÓDIGO DO INEP: 25094726

**CNPJ 01.603.317/0001-85**  
Escola Est. de Ens. Fund. e Médi:  
Prof. Celestin Malzac  
Rua Zenaide Brasilino, S/Nº  
Valentina I - CEP 58055-010  
JOÃO PESSOA PB

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins, que a Escola estadual de Ensino Fundamental e Médio Celestin Malzac, localizada no bairro Valentina de Figueiredo I participará como instituição colaboradora do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TACC) intitulado “EDUCABILIDADE DE GÊNERO: PRÁTICA PEDAGÓGIAS DE PROFESSORES (AS) NO ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS sob a orientação da Professora Maria de Lourdes Pereira.

Confirmamos também ter ciência do Projeto, seus objetivos e metodologias, e estamos de acordo em disponibilizar os dados solicitados e receber nos termos ali estipulados, ao estudante de graduação envolvido no projeto.

João Pessoa, 19 de abril de 2017

~~Mª José C do Nascimento  
Diretora  
REG 9047~~

**ANEXOS B – Declaração do Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral.**



**GOVERNO  
DA PARAÍBA** | **viva  
o trabalho.**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
CENTRO PROFISSIONALIZANTE DEPUTADO ANTONIO CABRAL - CEPES – JP4

CNPJ 08.079.667/0001-90  
Centro Profissionalizante Dep. Antônio Cabral  
CEPES-JP-4  
DECRETO 11426-02/07/2006  
Rua Aveiã dos Santos, S/N  
V. Figueiredo I - CEP 50044-350  
João Pessoa - Paraíba

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o **CENTRO PROFISSIONALIZANTE DEPUTADO ANTONIO CABRAL**, localizada no bairro do Valentina de Figueiredo I participará como instituição colaboradora do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TACC) intitulado “ EDUCABILIDADE DE GÊNERO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES (AS) NO ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS” sob a orientação da Professora Maria de Lourdes Pereira.

Confirmamos também ter ciência do Projeto, seus objetivos e metodologias, e estamos de acordo em disponibilizar os dados solicitados e receber nos termos ali estipulados, ao estudante de graduação envolvido no Projeto.

João Pessoa, 19 de Abril de 2017.

*Ana Ligia*  
Ana Ligia Madruga C. Monteiro  
Diretora Geral  
Aut. 10.172

---

A Direção.

**ANEXOS C – Declaração da Escola M.F. Dom Hélder Câmara.**

REPUBLICA DE  
**JOÃO PESSOA**  
PRA VIVER MELHOR

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

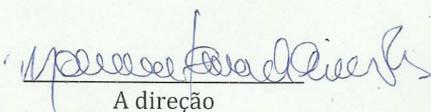
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DOM HÉLDER CÂMARA  
R - Joamir Severino dos Santos, s/n - Valentina I  
Contatos: 3212-0400 E.mail: emefdhc@gmail.com

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins que Escola Municipal Dom Hélder Câmara localizada no bairro do Valentina Figueiredo participará como instituição colaboradora do projeto de conclusão de curso (TACC) intitulado "EDUCALIDADE DE GÊNERO: PRÁTICA PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES (AS) NO ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS PUBLICAS sob a orientação da Professora Maria de Lourdes Pereira.

Confirmamos também ter ciências do projeto, seus objetivos e metodologias, e estamos de acordo em disponibilizar os dados solicitados e receber nos termos ali estipulados, ao estudante de graduação envolvido no projeto.

João Pessoa, 19 de Abril de 2017.

  
A direção

**Manoel Fernandes de Carvalho Neto**  
Diretor Adjunto  
Mat. 28.666-6